

## MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Gislaene Moreno<sup>1</sup>

AC-299791

UFMT - Biblioteca Central  
HEMEROTECA

**RESUMO** - Este artigo revê o processo de expansão da agricultura brasileira e sua inserção no padrão de acumulação, verificado nos diversos momentos históricos da economia nacional. Enfatiza as transformações ocorridas no campo, com o estreitamento das relações agricultura/indústria, a partir da política de “Modernização Conservadora”, pós 50, e o custo social desse processo.

**RÉSUMÉ** - Cet Article porte sur le processus d'expansion de l'agriculture brésilienne tout en essayant de faire comprendre son insertion dans le processus d'accumulation sans perdre de vue les différents moments historiques de l'économie brésilienne. Il insiste sur les transformations vérifiées á la campagne après la rapprochement des realations entre l'agriculture et l'industrie à partir de la politiaue nommée “la modernisation conservatrice”( modernização conservadora), et son coût social depuis les années 50.

---

<sup>1</sup> - Profa. Dra. do Depto. de Geografia/ICHS/UFMT

O processo de acumulação verificado no Brasil Colônia tem sua origem nas atividades comerciais voltadas quase que exclusivamente para o mercado exterior. Durante todo o período da Primeira República, a economia do País dependia da exportação de produtos agrícolas (café, cana-de-açúcar, algodão e fumo), onde o café ocupava papel de destaque, sendo a sua maior riqueza e a sua principal fonte de divisas. Com a crise da economia internacional verificada em fins da década de 1920 e dependendo da conjuntura do Mercado externo, a economia brasileira, até então agro-exportadora, passou a ser redefinida em função da necessidade de se modificar as bases do padrão de acumulação e garantir a sua continuidade sem colocar em risco o sistema político-econômico de molde capitalista. As exportações brasileiras caíram vertiginosamente. O Café, principal produto na pauta das exportações, não encontrava mercados, causando grandes prejuízos para a economia do País. A indústria nacional que havia passado por grandes modificações durante a Primeira Grande Guerra, estimulando a produção interna através da política de "substituição de importações", não conseguia concorrer com os produtos estrangeiros. A população teve seu nível de vida rebaixado pela alta dos produtos em geral.

Os intensos movimentos civis e militares que agitaram o País em decorrência dessa situação, e em contestação ao regime oligárquico, culminaram na Revolução de 30, que levou Getúlio Vargas ao poder. Vargas procurou privilegiar um projeto nacional de desenvolvimento industrial baseado no fortalecimento do poder central e na ideologia

do nacionalismo. A partir de então, a indústria, que havia ficado longe dos interesses da classe (ou frações dessa classe) dominante, tornou-se o pólo dinâmico da nova fase do processo de acumulação, destituindo a posição hegemônica dos grupos agro-exportadores.

Durante o período conhecido como Estado Novo (1937/45), Vargas implementou o processo de centralização político-administrativa iniciado em 1930, fortalecendo ainda mais o poder central, inaugurando assim uma nova forma de intervenção do Estado brasileiro na economia. Era necessário criar as condições indispensáveis ao novo modo de acumulação de bases urbano-industrial. Desse modo, passou a concentrar esforços no desenvolvimento industrial e na diversificação da agricultura. O setor agrário perdeu assim o seu lugar privilegiado, marcando a ascensão gradual de novos componentes urbanos-industriais na vida política brasileira. Isto, no entanto, traduziu-se num novo compromisso político entre as diversas frações da classe dominante do país. O importante, naquele momento, era rearticular a economia, estimulando a acumulação interna do capital por meio da indústria, sem romper com a estrutura da grande propriedade.

Com o dinamismo do setor urbano-industrial, houve um rápido crescimento das cidades, através do movimento migratório. Isto proporcionou uma ampliação significativa do mercado interno, justificando a diversificação da agricultura, que passou a ter uma dupla função: fornecer matéria-prima para a indústria e abaste-

cer as cidades a baixos preços. Portanto, a agricultura continuou a expandir-se, embora mais lentamente, atendendo o mercado interno e apoiando as importações de bens de capital, primordiais para a consolidação do novo modelo de desenvolvimento. Por outro lado, o campo teve importante função no processo de acumulação ao liberar a força-de-trabalho para as atividades urbanas em gestação.

Nesse sentido deve-se ressaltar que a agricultura não foi um "entrave"<sup>1</sup> ao desenvolvimento econômico - entendido como sinônimo de industrialização - do País, embora tenha se dado de modo extensivo, limitando o avanço tecnológico no campo. Pelo contrário, a permanência de relações não capitalistas no campo foram essenciais, naquele momento, para o processo de acumulação realizado pelo setor industrial, mesmo porque este se processou sem provocar mudanças na estrutura fundiária do País.

A diversificação do parque industrial e o forte crescimento urbano verificados na década de 50 impõem novas formas de inserção da agricultura no processo de acumulação, visto que a baixa produtividade e a falta de capacidade técnica desse setor punham em risco as bases em que se asentava a expansão da economia nacional.

---

<sup>1</sup>Termo colocado pelas teses dualistas que consideravam o arcaísmo da agricultura um entrave ou empecilho ao desenvolvimento econômico brasileiro, não cumprindo suas funções de abastecer o mercado interno, a preços baixos com matéria-prima à indústria e alimentos à população.

As teses dualistas<sup>2</sup> surgiram nesse contexto considerando que a agricultura impunha entraves à economia do país, não cumprindo suas funções. Os teóricos partiam de duas noções: a) Os problemas de abastecimento dos centros urbanos decorriam da estrutura fundiária (latifúndios X minifúndios), a qual explicaria o atraso das forças produtivas e a sua incapacidade de produzir alimentos para suprir o mercado a baixo custo. Dessa forma, o desenvolvimento urbano (ou o desenvolvimento do capitalismo) era obstaculizado pelo atraso da agricultura; b) As relações de produção no campo, por não serem capitalistas, retardaram a expansão do mercado consumidor para os produtos industriais.

Em ambos os casos, a transformação do campo se fazia imperiosa, ou pela reforma agrária ou pela modernização tecnológica, e o conseqüente aumento da produtividade. Como o “entreve” situava-se na pequenez do mercado interno, era necessário, então, abrir esse mercado através da modernização das forças produtivas e das relações de produção, possibilitando a expansão do capitalismo no Brasil.

Embora tais postulados tenham servido para refletir sobre a situação contraditória do processo de desenvolvimento industrial no Brasil, críticas

---

<sup>2</sup> As teses dualistas, defendidas, sobretudo, em fins da década de 50 e início de 60, inspiradas, sobretudo, no arcabouço teórico da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), mostraram que a estrutura agrária brasileira, extremamente concentrada, limitava o processo de industrialização do país. A dualidade dava-se em função da existência de um setor moderno e aberto representado pela indústria em crescimento, opondo-se a outro fechado e arcaico, representado pela agricultura.

foram feitas por não contemplarem as relações de classe da fração agrária no conjunto da sociedade. Naquele momento histórico a crise no campo eclodia em todo o país. Acirraram-se as tensões sociais com a freqüente expulsão dos trabalhadores rurais, em decorrência da estrutura fundiária altamente concentrada. Começaram a surgir, no Congresso, os primeiros projetos de lei sobre reforma agrária, apoiados na constituição de 1946, que ligou o direito à propriedade à função social da terra. Surgiram os primeiros movimentos organizados de luta pela terra, apoiados pela atuação da Igreja Católica, do Partido Comunista e das Ligas Camponesas criadas em 1955. A reforma agrária passou a ser a bandeira de luta do campesinato brasileiro.

Entretanto parte do governo e da elite brasileira temiam o desfecho dessas lutas e o avanço do comunismo no País. Nesse clima deu-se o golpe militar, desarticulando a luta dos trabalhadores rurais. Logo após, o governo federal criou o Estatuto da Terra ( Lei nº 4.504/64) que serviu tanto para arrefecer os ânimos dos camponeses como para tranquilizar os proprietários com uma “reforma agrária” localizada nas áreas de tensão social.

Desse modo, para garantir o processo de acumulação, na sua fase monopolista, os governos militares implementaram uma política de expansão agrícola, caracterizada como “modernização da agricultura”, com vistas à tecnificação do campo e sua maior inserção no circuito capitalista. Ou seja, a agricultura, além de abastecer o mercado

urbano e gerar divisas, deveria ser, principalmente, consumidora de bens de produção e insumos modernos fornecidos pela indústria:

*“..., desde os anos 50, a agricultura toma novos rumos de expansão, onde a chamada modernização da agricultura (mecanização e uso de insumos modernos) somente veio a manifestar-se de forma mais intensa após a crise dos anos 60. Entretanto, não se pode considerar esse processo de expansão como uma atividade isolada, desvinculada do processo de expansão da economia brasileira como um todo. Ele é resultado de um padrão de acumulação que se aprofunda a partir dos anos 50 marcando as transformações porque passa, nesse período, a agricultura brasileira”.*<sup>3</sup>

Portanto o desenvolvimento das relações de produção capitalistas no campo passou a se dar pela industrialização da própria agricultura, através da modernização tecnológica da grande propriedade, que passou a receber subsídios e incentivos fiscais/creditícios do governo brasileiro.

Pela manutenção da estrutura fundiária, onde se privilegiou na grande propriedade o processo de modernização tecnológica, alguns estudiosos do campo introduziram o conceito de “modernização conservadora” e o de “modernização parcial”, considerando que o processo atingiu

---

<sup>3</sup>Castro, Ana et alii. Evolução Recente e situação atual da agricultura brasileira. Brasília, MA/BINAGRI, 1979, p.142.

apenas algumas fases do ciclo produtivo, mesmo onde se fez presente com mais intensidade, como na região Centro-Sul do País.<sup>4</sup>

O importante a se destacar é que a modernização - conservadora ou parcial - significou explicitamente a industrialização do campo, pelo estreitamento das relações agricultura/indústria, pelo aumento gradativo do trabalho assalariado, pela introdução de inovações tecnológicas, etc, e suas conseqüências sociais e ecológicas. Naturalmente, a expansão das relações capitalistas de produção não se processa de modo homogêneo em todo o País. Assim, a agricultura se modernizou mais rapidamente na região centro-sul, pela incorporação de insumos industriais (fertilizantes e defensivos químicos, máquinas e equipamentos industriais) enquanto, no Nordeste, tem permanecido sem grandes transformações. Já a Amazônia, incluindo parte da região Centro-Oeste, representou o "locus" da expansão do capital pela incorporação de suas áreas (fronteiras agrícolas) no processo produtivo nacional.

Nas áreas de fronteira agrícola, o processo de expansão da agricultura é feito, sobretudo, de forma extensiva, através da incorporação de novas áreas, onde predominam a grande lavoura e o latifúndio subexplorado. A expansão se dá em áreas antes despovoadas com a introdução de culturas tradicionais como a cana-de-açúcar, o café, o algodão e o cacau ou por novas culturas como a

---

<sup>4</sup> Ver: Castro, et alii, 1979. Evolução Recente e situação atual da agricultura brasileira, BINAGRE, 1979 e Graziano da Silva, José. "O que é Questão Agrária" 2ª ed. Coleção Primeiros Passos, 181. Ed. Brasiliense, 1981.

do trigo, a do arroz e o da soja. Nas décadas de 70/80 os governos militares incentivaram a ocupação das áreas de fronteira agrícola pela utilização, em grande escala, do crédito agrícola, a juros baixos, pela implantação da colonização oficial e particular - estrategicamente concebida para viabilizar os grandes empreendimentos rurais - pela abertura de novas rodovias federais (Transamazônia - BR - 210; Cuiabá/Santarém - BR 163; Perimetral Norte - BR 210; Cuiabá/Porto Velho - BR 364). Além dos incentivos fiscais/creditícios, volumosos recursos foram canalizados pelos chamados "Programas Especiais de Desenvolvimento Integrado" (PIN, PROTERRA, PRODOESTE, POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO), e diversos organismos federais foram criados como a SUDAM, para dar cumprimento às metas estabelecidas nos "Planos Nacionais de Desenvolvimento - PNDS". Deve-se ressaltar que os grandes empreendimentos agropecuários tiveram como maior estímulo o acesso à terra, facilitado pela política de regularização fundiária, que legalizou indiscriminadamente grandes domínios adquiridos por manobras políticas ("ocupações de boa-fé", mas na verdade, verdadeiros grilos) ou pelo processo de compra e venda a preços abaixo dos do mercado.<sup>5</sup>

Cabe colocar, por fim, que o padrão com que vem se dando a "modernização da agricultura" tem sido insuficiente para conduzir ao aumento dos níveis de produtividade em determinadas áreas, pelo uso inadequado ou indiscriminado de

---

<sup>5</sup>Sobre o processo de acesso a terra, ver Moreno, Gislaene. "Os (Des) Caminhos da Apropriação Capitalista da Terra em Mato Grosso. Tese de Doutorado, Depto de Geografia, USP-SP, 1994.

produtos químicos tóxicos e inseticidas. A falta de assistência técnica mais direta por parte dos órgãos oficiais deixou margem a estratégias das indústrias, para a venda desses produtos, prometendo sucesso das safras. Quando os resultados econômicos são satisfatórios, em face do crescimento da produção, paralelamente, tem ocorrido a degradação do meio ambiente pela poluição dos cursos d'água, pela extinção de espécies vegetais e animais, além de problemas de compactação e de erosão dos solos nas áreas submetidas ao intenso uso de mecanização. Nas áreas de fronteira, a expansão da agropecuária tem provocado o desmatamento e a queimada indiscriminada da vegetação. Na Amazônia, a floresta vem sendo destruída por processos primitivos, ocasionando impactos de chuvas torrenciais sobre as áreas desmatadas, a perda da biodiversidade e a aceleração do processo de aquecimento global da terra. Nas áreas de cerrado, onde o cultivo requer a correção e a fertilização dos solos, a mecanização e o uso de agentes químicos têm acarretado a compactação, a erosão dos solos e a contaminação do ecossistema. Nas "bordas do pantanal", a construção de diques vem alterando o padrão hídrico das áreas adjacentes, modificando a sazonalidade das inundações. Em áreas tradicionais de cultura, como no Paraná e no Rio Grande do Sul, as estatísticas têm demonstrado a incidência de desequilíbrios e doenças mentais devido à intoxicação com agrotóxicos. No interior de São Paulo, o número de pragas referidas como "novas" tem aumentado consideravelmente. Isto porque um determinado agrotóxico pode ser eficiente no extermínio de uma espécie e, ao mesmo tempo, possibilitar o aparecimen-

to de outras espécies diferentes ou mutantes da primeira, resistente ao veneno.

O custo social da “modernização agrícola” tem sido alarmante tanto pelo efeitos causados na natureza quanto pela destruição das antigas economias primitivas. Muitos projetos agropecuários foram implantados em terras indígenas ou ocupadas por posseiros, provocando um aumento de tensões sociais e de violência no campo. A expropriação dos trabalhadores rurais, com a mudança das relações de produção e de trabalho, tem levado à inchação das periferias dos centros urbanos, ocasionando o aparecimento de favelas e o aumento do desemprego. Contraditoriamente, esta mesma expropriação tem permitido a re-criação do pequeno produtor, que tenta resistir à proletarização, migrando para áreas distantes do seu lugar de origem, empreendendo, nessas áreas remotas, estratégias de reprodução da sua unidade familiar de produção e de trabalho.

## **CONCLUSÃO**

Aparentemente contraditória, a política de “modernização da agricultura” favoreceu sobremaneira a manutenção da estrutura fundiária altamente concentrada do País. A economia do País foi impulsionada de modo a articular-se num só movimento com o capitalismo monopolista, que desenvolveu intensa acumulação no centro-sul do país, a partir da incorporação de novas áreas ao

sistema produtivo nacional. Nacionalmente, o resultado dessa política se refletiu no aprofundamento da divisão social do trabalho, em nível regional e intrarregional; na expansão da grande propriedade, impedindo o acesso espontâneo de trabalhadores rurais à terra e às condições de modernização; no incremento das culturas de exportação, sobretudo da soja; na grande mobilidade espacial da força-de-trabalho rural e na degradação ambiental

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ANDRADE, M.C. de., 1979. "Agricultura e Capitalismo". Livraria Editora ciências humanas. São Paulo.
- BRASIL:, 1988. Uma visão geográfica nos anos 80. "Fundação, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística". Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, IBGE.
- CARONE, E., 1988. A Primeira República (1889-1930)."Texto e Contexto". 4ª ed. São Paulo. Ed. Bertand Russel S.A..
- \_\_\_\_\_, 1988. "A República Velha I. Instituições e Classes Sociais(1889-1930)". 5ª ed. São Paulo, Ed. Bertand Russel S.A.

CASTRO, A.C., et alii., 1979. "Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira, BINAGRE.

GRAZIANO, da S.J., 1981. "O que é Questão Agrária". 2ª ed. Coleção Primeiros Passos, 18, Ed. Brasiliense, São Paulo.

IANNI, O., 1979. "Ditadura e Agricultura: O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia: 1964-1978". Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

MARTINS, J. de S., 1983. "Os Camponeses e a Política no Brasil". 2ª ed. Petrópolis, Vozes.

\_\_\_\_\_, 1980. "Expropriação e Violência, A questão Política no campo". Ed. Hucitec, São Paulo.

MORENO, G., 1994. "Os(Des) Caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso". Tese de Doutorado em Geografia Humana. USP/SãoPaulo.

SALIM, A. C., 1981. "Políticas Estatais e Desenvolvimento Agrário nos cerrados: conseqüências econômicas e sociais do POLOCENTRO". Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.